

## A inflação (brasileira) segundo Marx

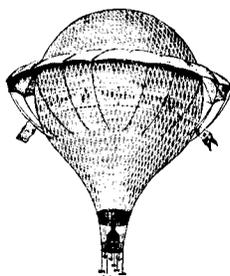
ALBERTO PASSOS GUIMARÃES

1. *Não são os preços que variam de acordo com a quantidade de moeda em circulação mas, sim, é a quantidade da moeda em circulação que varia de acordo com a variação da soma dos preços.*

2. *Não são os aumentos dos salários que causam os aumentos dos preços. Ao contrário, são os aumentos dos preços que, ao causarem depreciações da moeda, provocam, em consequência, perdas do poder aquisitivo dos salários.*

3. *Quando ocorrem aumentos da soma dos preços, quaisquer que sejam suas origens, dar-se-á uma das seguintes e inevitáveis consequências: de um lado, a mesma quantidade de mercadorias passa a ser trocada por maior quantidade de dinheiro; de outro lado, a mesma quantidade de dinheiro passa a comprar menor quantidade de mercadorias. Isso acontece nas relações de troca internas, dentro de cada país, como também acontece nas relações de troca internacionais. Em ambos os casos, o fato principal a destacar é a diminuição do poder aquisitivo da moeda, quer essa diminuição seja produzida espontaneamente, pela ação das forças do mercado, quer seja resultante – tais como as mudanças na paridade cambial – da intervenção das autoridades governamentais.*

4. *Por conseguinte, segundo Marx, opostamente às diferentes teorias sustentadas pela “economia vulgar”, o fenômeno inflacionário começa a partir da depreciação da moeda, da qual são consequências, ou simples subsequências, os aumentos dos preços e a redução do poder de compra dos salários.*



Nenhuma referência existe, na obra de Marx, à palavra *inflação*. Em seu tempo não se conhecia o processo inflacionário com a atual complexidade. Fatos históricos conhecidos como o dos *assignats*, ocorridos na França, e dos *greenbacks*, nos Estados Unidos da América, poderiam ser explicados de maneira bem simplificada e de certo modo serviram de justificativa às idéias dominantes no século XVIII e no século XIX, relacionadas com as teorias quantitativas, segundo as quais a carestia seria devida ao aumento incontido da quantidade de moeda em circulação.

Ressalve-se, porém, que na versão francesa da *Contribuição à crítica da economia política*, traduzida por J. Molitor diretamente da segunda edição alemã, aparece, à pág. 245, a frase *par suite de l'inflation de la circulation*, que parece ter sido influenciada pela linguagem da economia moderna, pois sua edição se verificou em 1954. Isso encontra apoio no fato de que a tradução do mesmo livro editada na União Soviética, reproduzindo a versão francesa das Editions Sociales, utiliza outra expressão para o mesmo trecho: em vez de *par suite de l'inflation de la circulation*, está escrito *par suite d'un gonflement de la circulation*, o que tem o mesmo sentido sem o emprego do termo *inflation* (p. 167).

Marx desaprovava e contestava as teorias quantitativistas, por seu “mecanicismo” e pela inversão dos termos em que se deveriam colocar as causas e os efeitos do processo de criação da moeda.

Montesquieu e Hume, este último, para Marx, “o representante de maior importância dessa teoria no século XVIII”, eram os defensores mais em evidência das teorias quantitativistas. Foi com as seguintes palavras que Marx resumiu as teses de David Hume:

- “1. Os preços das mercadorias em um país são determinados pela massa de dinheiro existente (dinheiro real ou simbólico).
2. O dinheiro circulante em um país representa todas as mercadorias que nele existem. De conformidade com o crescimento do número de representantes, isto é, da quantidade de dinheiro, ocorre mais ou menos o mesmo com a coisa representada em cada situação particular.
3. Se a quantidade de mercadorias aumenta, seu preço baixa ou o valor do dinheiro sobe. Se a quantidade de dinheiro aumenta, inversamente, o preço das mercadorias sobe e o valor do dinheiro diminui” (*Contribuição à crítica da economia política*, edição soviética, p. 153).

Quanto a Montesquieu (1689-1755), tinha idéias que irão ser muito semelhantes às de Hume (1741-1776), a propósito da relação entre a moeda e os preços: “o preço da mercadoria e o valor do dinheiro sobem ou descem em razão inversa da quantidade do dinheiro existente”.

Marx, entretanto, deu uma atenção especial ao economista James Steuart, famoso em seu tempo, cuja obra precedeu de 10 anos a de Adam Smith, e cuja opinião a respeito do quantitativismo era radicalmente contrária.

Steuart, por exemplo, opostamente ao pensamento dos quantitativistas, afirmava que não eram os preços que sofriam a influência das variações da moeda em circulação,

mas a moeda em circulação é que variava segundo a soma dos preços. Essa foi a tese acolhida por Marx, como se vê de sua afirmação textual constante de seus estudos sobre a moeda: “A uma dada velocidade de circulação, a massa dos meios de circulação é simplesmente determinada pelos preços das mercadorias. Os preços não são, portanto, altos ou baixos porque circula mais ou menos dinheiro, mas circula mais ou menos dinheiro porque os preços são altos ou baixos”. (*Contribuição à crítica*, p. 94 da edição soviética e p. 147 da edição Molitor). Essa clara definição de Marx sobre um problema tão controverso no século XIX quanto o é ainda hoje, entre certas áreas do pensamento econômico, foi por ele considerada “uma das leis econômicas mais importantes, e talvez o único mérito da economia política inglesa pós-ricardiana foi tê-lo demonstrado detalhadamente através da história dos preços das mercadorias” (id., *ibid.*).

É claro que Marx se referia aos problemas da circulação quando ainda predominava o padrão-ouro e quando a moeda-papel e a moeda de crédito se achavam em sua fase incipiente. Era, também, tempo do capitalismo pré-monopolista, em que os preços e a circulação monetária dispunham de mecanismos auto-reguladores, os quais, no que se refere à circulação, praticamente desapareceram com o desaparecimento do padrão-ouro, e, no que se refere aos preços, deixaram de existir na nova fase do capitalismo monopolista, que, nos países industrializados, já alcançou a era do capitalismo monopolista de Estado.

Até que ponto e em que medida teriam sido estranhos, para Marx, os fenômenos e as particularidades com que se iriam desenvolver as leis que regeriam os movimentos da moeda, dos salários e dos preços?

A resposta é que Marx deixou abordagens muito claras a respeito das particularidades desses movimentos, apesar de que alguns economistas não marxistas e, até mesmo, alguns marxistas costumem observar que as teses de Marx sobre a moeda não ficaram expressas com a necessária nitidez para que fossem bem entendidas.

## A ATUALIDADE DO OURO

No que toca ao ouro, como medida do valor e, sem a menor dúvida, como moeda universal, continua a exercer sua importante função, não apenas pertinente a esses dois casos, mas, ainda, como moeda de reserva. A verdade é que só certos governantes ingênuos — para dizer o mínimo —, como foi o exemplo dos do Brasil, acreditaram na velhacaria de que o ouro se tinha transformado numa “reliquia bárbara” a ponto de chegarem a se desfazer por qualquer preço de seus depósitos em ouro. Cederam-nos ao tesouro norte-americano, que os guarda, a prova de tentações, juntamente com todo o seu estoque de barras, provavelmente um dos maiores do mundo, nos subterrâneos do Fort Knox. É oportuno relembrar que a expressão, cunhada por Keynes, conforme aparece em *Ensaios sobre a economia*<sup>1</sup>, na verdade não se referia ao ouro, mas ao “padrão-ouro”.

<sup>1</sup> Tradução francesa de Michel Panoff, pág. 105, Editions Payot.

Marx não apenas previu a substituição do padrão-ouro pelo papel-moeda, como traçou as normas para identificar o uso excessivo dos canais de circulação, uso esse muito frequente nos momentos de crise, quando os governos recorrem aos déficits e às emissões de moeda e de títulos de crédito para suprir a escassez de dinheiro nos desequilíbrios de seus orçamentos fiscais e monetários. A lógica do equilíbrio entre as receitas e as despesas e entre as entradas e saídas dos balanços de pagamentos determina a medida ideal que irá ter o valor total adequado à soma dos preços, a qual, por sua vez, é a condição determinante da quantidade dos meios de circulação. Esse mecanismo que era, normalmente, capaz de auto-regular, quando da existência do padrão-ouro, a medida aproximadamente exata das proporções entre o ouro disponível no Tesouro, como lastro, mais o existente no entesouramento particular, correspondia às necessidades do meio circulante, agora somente é obtido através de atos da iniciativa do poder do Estado, o qual com frequência abusa dos seus limites.

Obtido, assim, o equilíbrio nas contas internas e externas do Estado, considerando-se a velocidade de circulação no ritmo adequado, tem-se que o fluxo dos canais de circulação está-se processando no ritmo e no nível corretos.

Essas circunstâncias configuram a posição ideal de sanidade das contas do Estado e poderão ser tomadas como base ou como ponto de partida, dadas suas semelhanças com o equilíbrio no sistema do padrão-ouro, que Marx considerava capaz de ser alcançado pelo seu próprio automovimento. Mas não há nenhuma dúvida de que essa semelhança é extremamente precária e se a ela se recorre é porque não se disporia de outra para fixar-se o ponto de equilíbrio a partir do qual, como no sistema de padrão-ouro, as contas do Estado (compreendendo a totalidade de suas atividades), para compensar seus déficits orçamentários, entram em turbulência e as autoridades que as administram são obrigadas a recorrer a emissões anormais de papel-moeda e a operações de endividamento de diversos tipos.

Referindo-se ao sistema de padrão-ouro, Marx observava:

“A quantidade das notas é, pois, determinada pela quantidade de ouro monetizado que elas representam na circulação; e como essas notas somente são signos de valor enquanto representam o ouro, seu valor é unicamente determinado por sua *quantidade*. Ao passo que a quantidade de ouro em circulação depende portanto dos preços das mercadorias, o valor das notas em circulação depende exclusivamente de sua própria quantidade”.

Com isso, Marx quis chamar a atenção para o fato de que se cada nota, como signo de valor, representava uma parte-alíquota do ouro em circulação, à medida que a quantidade do papel-moeda cresce em desproporção com o ouro, há, em conseqüência, uma transformação da quantidade em qualidade, ou seja, uma transformação do valor antes nele representado.

Não é preciso insistir na posição de Marx a respeito do fato de que o valor-trabalho materializado no ouro em circulação é uma grandeza proporcional, numa dada velocidade de operações, à soma dos preços que determinam as necessidades da moeda circulante.

Se essa moeda se afasta dessa grandeza, a parte-alíquota de valor-trabalho por ela representada perde parte do seu poder de compra, a partir do seu afastamento. Ou, nas palavras de Marx:

“A quantidade de ouro representada por cada signo de valor teria diminuído na mesma medida em que a soma total dos signos de valor teria aumentado. A alta dos preços não seria senão a reação do processo de circulação que estabelece, a viva força, a igualdade entre os signos de valor e a quantidade de ouro que eles pretendem substituir na circulação” (*Contribuição à crítica*, p. 167).

Aqui se chega a outra das leis objetivas importantes que caracteriza a concepção marxista do processo inflacionário. Para a economia “ortodoxa”, a inflação de custos e a inflação de demanda são os aspectos fundamentais do processo inflacionário (porque o objetivo dos “ortodoxos” é responsabilizar os salários pela inflação). Já do ponto de vista marxista, o aspecto fundamental do processo é a depreciação da moeda. Portanto, na evolução natural desse processo, primeiro é a moeda que perde valor e, em seguida, o salário que, por via de consequência, perde seu poder aquisitivo.

Marx preocupou-se, por diversas vezes, com a demonstração dessa verdade científica, teórica e empírica.

Entre os numerosos e contundentes dados empíricos mencionados por Marx, vale destacar o que se refere à execução da lei das 10 horas de trabalho, em vigor desde meados do século passado na Inglaterra e que resultou num brusco aumento dos níveis salariais, com a diminuição da jornada anterior de 12 horas. Senior e outros economistas de nomeada previram para breve enormes aumentos de preços. Quais foram, no entanto, as consequências da lei das 10 horas? Eis a resposta do próprio Marx: “um aumento importante do número de operários ocupados nas fábricas, uma baixa ininterrupta dos preços dos seus produtos, um maravilhoso desenvolvimento da força produtiva de seu trabalho, uma extensão contínua nunca vista do mercado para suas mercadorias” (*Salário, preços e lucros*, Editions Sociales, p. 72).

Noutra ocasião, numa palestra dirigida a uma associação de operários, Marx defendeu a teoria (inteiramente válida para a fase do capitalismo pré-monopolista) de que um aumento geral dos salários não produzia aumentos dos preços, mas, sim, necessariamente, uma diminuição dos níveis dos lucros.

Essa comprovação de um fato histórico conhecido, numa época em que o capitalismo industrial se esforçava por concorrer entre si, cada qual procurando introduzir novas tecnologias a fim de obter a baixa dos preços, teve como resultado o fato de que durante cerca de 100 anos houve estabilidade e declínio dos níveis gerais dos preços. A esse propósito, Lord Keynes, ao contrário de reconhecer no episódio um fenômeno típico da evolução tecnológica da revolução industrial, atribuiu sua origem ao “equilíbrio de forças em uma época em que os grupos individuais de patrões eram suficientemente fortes para impedir que a unidade de salários subisse muito mais depressa do que a eficácia da produção” (*Teoria Geral*, Edição Fondo de Cultura Económica, p. 296).

## AS CAUSAS DA INFLAÇÃO

Alguns economistas marxistas são de parecer que o fato de a inflação, em todo o mundo capitalista, ter deixado de ser um fenômeno esporádico para tornar-se um fenômeno de natureza permanente, não é um produto do acaso. Em sua opinião, o que se está verificando é uma mudança qualitativa no processo de reprodução ampliada do capital social, a qual não tem mais condições de ser, como era antes da Segunda Guerra Mundial, um processo “natural”. Na atual segunda fase da crise geral do sistema capitalista, a inflação se tornou crônica porque, para fazer face às exigências dos superlucros monopolistas, já não servem a intensificação do trabalho ou a prorrogação do tempo de trabalho, bem como o recurso a formas extraordinárias da utilização do progresso técnico de custo cada vez mais elevado. A utilização do Estado, os vários instrumentos à disposição dos monopólios tornaram possível uma política de preços permanentemente em elevação (ou de preços inflacionários) que possam compensar a ação da lei tendencial da baixa da taxa de lucros, assim como a cobertura dos crescentes gastos com a economia de desperdícios representados, entre outros, pelas políticas armamentistas, pelas exigências da defesa e da segurança nacional. Por sua vez, as depreciações externas e internas da moeda, tão freqüentes no mundo capitalista, garantem o aumento da taxa e da massa de lucros, mediante as contrações do salário real e, sempre que possível, também do salário nominal do conjunto da classe trabalhadora, já deprimida pelo vultoso desemprego e pelo subemprego.

Essa proposta teórica, que diz respeito a uma mudança interna no processo de reprodução do capital, significa que o capital monopolista está, através da ação da lei da mais-valia e da interferência política do Estado, favorecendo a consolidação do processo inflacionário, em prejuízo dos interesses da maioria da nação.

Infelizmente, a visão da crise inflacionária acima referida ainda não interessou o debate acadêmico, possivelmente porque a maioria dos economistas e estudiosos das verdadeiras origens da inflação ainda não quis contestar veementemente as teorias mais em voga — a monetarista e a keynesiana (ou de influência keynesiana). Acresce que a economia política, aliás, hoje reduzida ao termo *economia*, não se mostra interessada, de modo geral, pelo estudo em profundidade das leis econômicas e se transformou numa simples análise de casos (ou de “casuísmos”).

Do acervo de leis estudadas pela economia política clássica, que se preocupava com a regularidade dos fenômenos e procurava ir até a compreensão de sua essência, restaram muito poucas. Uma das que não perderam sua vigência, como não podia deixar de acontecer, é a lei da oferta e da procura, agora invertida para a lei da procura e da oferta, cuja utilidade principal é explicar a formação dos preços (fazendo caso omissa da lei do valor-trabalho) e para fundamentar o mecanismo da distribuição da renda, como resultado da disputa entre a “demanda global e a oferta global”, inclusive para servir de justificativa para a geração do processo inflacionário.

O grande número de antigas e novas teorias da inflação concentrou-se, mais recentemente, em duas principais opções: uma, defendida após a “revolução keynesiana” pela

maioria dos economistas (até mesmo, confusamente, ecleticamente, por alguns economistas marxistas), que é a teoria do excedente da “demanda global” sobre a “oferta global”; e outra, que ainda consegue sobreviver nos termos semiprimitivos quase idênticos aos imaginados por Montesquieu e David Hume, nos séculos XVIII e XIX, agora sustentada pela denominada escola de Chicago — a teoria monetarista.

Um confronto entre essas duas correntes de idéias foi estabelecido num artigo de M. Friedman — *Teoria e política monetária* —, publicado em 1959:

“A grande depressão produziu uma revolução nas idéias. Embora, sob uma visão retrospectiva, seja um trágico testemunho do poder dos fatores monetários — o estoque de dinheiro caiu de um terço entre 1929 e 1933 —, o fracasso das autoridades monetárias para refrear a depressão tornou evidente que elas não o poderiam ter feito.

“( . . . ) John Maynard Keynes foi o grande arquiteto da subsequente revolução intelectual. ( . . . ) Ele visava às mudanças no estoque de dinheiro como de menor importância em tempos de desemprego, e exercendo influência apenas em tempos de pleno emprego. Seus discípulos, como todos os discípulos fazem, foram muito mais além do que o mestre. Logo se tornou muito difundida a idéia de que ‘o dinheiro não importa’, que o estoque de dinheiro era um agente puramente passivo da mudança econômica e que não desempenhava parte importante, exceto que pudesse afetar as taxas de juros e que, por isso, o único papel da política monetária era o de manter baixas as taxas de juro, assim como o de evitar interferir no investimento quanto à necessidade de compensar a estagnação que se acreditava ser o principal problema do futuro” (*Inflation*, editado por R. J. Ball e Peter Doyle, p. 136).

A teoria monetarista, defendida principalmente pelo prêmio Nobel Milton Friedman, não perdeu sua evidência, porque ela corresponde aos interesses do grande capital, na medida em que se combina com outra “teoria” — a da espiral de preços e salários, também denominada de “ciclo infernal”. Por essa combinação de “teorias”, os preços se elevam quando a quantidade de dinheiro cresce e isso dá lugar a uma sucessão de aumentos encadeados de preços e salários, e novamente de salários e preços. Quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) encampa esse discurso, não o faz na ignorância desses fatos e de suas conseqüências.

## A FORÇA DOS DECRETOS-LEIS

Explica-se, portanto, o motivo por que o governo do Brasil, que vem executando há tempos uma política “ortodoxa”, fez tanto empenho em negociar com um partido para obter a maioria no Congresso e assegurar, desse modo, a aprovação do Decreto 2.065. Nesse Decreto-Lei, fora estabelecida a sangria salarial das classes trabalhadoras e das classes médias assalariadas. O diagnóstico da economia brasileira que motivou tão apressada-

mente a aprovação do citado Decreto-Lei (uma prática herdada do autoritário Estado Novo da década de 1930) foi baseado na absurda idéia de que em nosso País havia um excesso de “demanda global” e, para contê-la, dever-se-ia recorrer a medidas fortemente recessivas, a começar de uma contenção da massa salarial no nível de 80% do seu total nominal, além das baixas dos expurgos efetuados para emagrecer os índices de preços.

O amargo remédio aplicado à economia a fim de desinflationá-la poderia produzir algum efeito, não, porém, por causa de tais expurgos e dos conseqüentes achatamentos da massa salarial. A terapia até poderá ter dado resultado, mas não pelo conteúdo do Decreto-Lei. Na melhor das hipóteses, a inflação poderá ser contida por duas razões principais alheias à sangria dos trabalhadores e demais assalariados: a primeira, porque, indiretamente, pode contribuir para a redução da massa monetária que vem crescendo em porções excessivas em relação à quantidade de moeda, a uma velocidade dada, exigida pela minguante circulação das mercadorias; a segunda, porque o corte profundo desferido contra a massa salarial, ao lado de provocar o agravamento da recessão, pode, em certas condições, e em virtude da tremenda redução das folhas de pagamento, contribuir, muito fracamente, para encorajar um ou outro investimento, nutrido pelo aumento da taxa de lucros na esfera monopolista da economia brasileira.

Ressalte-se, porém, que esses resultados, se houverem, não justificarão os sacrifícios causados à economia nacional pela ação recessiva.

Numa reunião de economistas marxistas realizada em 1982, para debate da inflação no mundo capitalista, chegou-se à conclusão de que, do ponto de vista da teoria marxista, a inflação deveria ser estudada segundo dois aspectos principais: o *fator preço* e o *fator monetário*. Vamos tentar seguir essa metodologia, mas acrescentando um terceiro fator, que tem muito a ver com a situação dos países subdesenvolvidos: o *fator estrutural*.

## O FATOR PREÇO NA ECONOMIA BRASILEIRA

Lembremos, preliminarmente, a importância que tem para o autor de *O Capital* a teoria do valor-trabalho, sobre a qual Marx erigiu a concepção da moeda, as leis da circulação, as leis reguladoras da produção e da distribuição das mercadorias. A partir dessas concepções, a economia marxista tem uma posição inversa a respeito dos mecanismos dos preços e das leis da circulação da moeda. Segundo essas concepções, não são os preços que dependem da quantidade e da velocidade da moeda em circulação, mas, ao contrário, a quantidade da moeda em circulação é que depende da soma de todos os preços. Se esses preços se elevam por quaisquer motivos, seja por efeito da lei da oferta e da procura, seja pelo aumento dos custos não salariais, seja pela sua formação monopolista, a quantidade da moeda também se eleva. Se, também, por quaisquer motivos, os preços baixam, a quantidade de moeda a uma mesma velocidade igualmente se reduz. E como já vimos, desde a Segunda Guerra Mundial, se a tendência dos preços, sem exceção, sob ritmo ora rastejante, ora galopante, é para um permanente aumento, a correspondente massa monetária decorrente desse fato tem sido sempre crescente.

Os salários nominais são, inegavelmente, um componente importante dos preços de produção ou, em particular, dos preços de custo, mas não são necessariamente o componente mais importante. Os custos — é sabido — podem ser fixos ou variáveis; entre os fixos há algumas parcelas, tais como os impostos, os alugueis (ou juros dos capitais imobilizados), seguros e outros, que, às vezes, excedem a parte dos salários. Nos últimos tempos, ouvimos referências feitas por grandes e pequenos empresários ao alto componente dos juros, que se tornou, pode-se dizer, na maioria dos casos, a parte mais relevante da soma dos custos variáveis.

Isso é tanto mais evidente quanto não se ignora o quanto é geralmente baixo o nível salarial vigente em nosso País. Não será preciso um grande esforço para provar essa evidência: uma comparação entre a participação dos salários no valor da transformação industrial (ou valor adicionado) no Brasil e a apurada nos países industrializados, e mesmo em alguns países em vias de industrialização, revelará o nível inferior daquela participação que em nosso País fica em torno de 20% e naqueles países excede de 30%.

Note-se que o valor dos salários considerado nos censos industriais inclui todas as categorias de assalariados, desde operários até diretores de empresas. Os dados dos censos industriais de 1970 e 1975, como se verá a seguir, mostram uma diminuição do percentual dos salários, no conjunto do País, não só em relação ao valor da produção como ao da transformação industrial:

#### BRASIL — TOTAL EM MILHARES DE CRUZEIROS

	Salários	Valor da produção	Valor da transformação
Censo de 1970	12 299 930	115 515 543	53 277 321
Censo de 1975	59 327 002	782 797 434	306 933 663
		Censo de 1970	Censo de 1975
Salários/valor da produção (%)		10,55	7,58
Salários/valor da transformação (%)		23,29	19,33

Para corroborar esses elementos estatísticos, um significativo depoimento dado pelo presidente das organizações Ford no Brasil, Robert Gerrity, deve ser acrescentado. Referindo-se, em declarações prestadas ao correspondente do *New York Times*, ao custo da mão-de-obra no Brasil, foram as seguintes as suas palavras: “Aqui são 4 dólares a hora. No Japão são 12 dólares. Na Europa, 18, e nos Estados Unidos, 24. O custo desta fábrica não será igualado por nenhuma outra unidade” (Jornal do Brasil, 27/10/1983).

Ainda mais. Os últimos dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios — 1982) são tão contundentes que transformam num escárnio a afirmação de que o mal maior residiria na magnitude de uma ascendente “demanda global” superior à da “oferta global”, deixando suspeitar que no miolo daquela primeira magnitude estaria a fermentar o poder aquisitivo das classes trabalhadoras e demais assalariados. Pois bem, o que os dados da PNAD, divulgados pelo IBGE, vêm a confirmar é que há um empobrecimento dos assalariados. Estes diminuíram seu poder aquisitivo na seguinte escala:

os que ganhavam até 2 salários mínimos, grupo que se considera segundo critérios internacionais, dentro da faixa da pobreza, eram, em 1981, 60,1%. Na contagem de 1982 já eram 68,3%. Mas isso não se deu porque tivessem tido uma ascensão social, mas, ao contrário, por ter havido uma degradação social, pois a soma dos que ganhavam de 2 até 5 salários mínimos também indica um decréscimo: de 26,3% passaram a ser 21,4%. E do mesmo modo, os que ganhavam de 5 salários mínimos em diante também diminuíram, caindo de 13,0% para 10,3%.

Apesar de a população ativa ter-se empobrecido tão dramaticamente, os preços, longe de terem emagrecido com a extrema deterioração dos salários, mantiveram-se em alta durante todos os anos de duração da atual crise, ou, mais propriamente, da atual depressão. Isso, aliás, vinha acontecendo desde muitas décadas, pois, especialmente desde os anos 50, os preços não pararam de subir.

Não parece ser desprezível o fato novo, ocorrido no atual período inflacionário, e que não ocorreu nas crises e depressões anteriores, de que, malgrado toda a redução do poder aquisitivo do povo e do caráter recessivo da política adotada pelo governo brasileiro, malgrado tudo o que tem acontecido — e que, insistentemente, tem sido usado com o objetivo de frear as altas de preços —, estes continuem a tracionar o processo inflacionário.

O fato novo — cuja presença é também nova — é, sem dúvida, a superacumulação de capital, e sua conseqüente depreciação ou desvalorização. Marx se refere a esse aspecto do processo histórico de acumulação capitalista na Seção III do tomo I do Livro III de *O Capital*. O assunto foi amplamente estudado em suas características atuais por um grupo de economistas marxistas, sob a coordenação de Paul Boccara, responsável pela editoria do livro *O capitalismo monopolista de Estado*, cuja versão original foi publicada por Editions Sociales, 1976, Paris.

A superacumulação de capital aconteceu nos países ricos e a correspondente depreciação de uma parte considerável desse capital excedente que não encontrava aplicação produtiva emigrou, em quantidades crescentes e excessivas, para os países do terceiro mundo, sob a forma de empréstimos, no exato momento em que esses países, comumente tão necessitados dele, não tinham como aplicá-lo, na medida de suas necessidades, devido à crise mundial em que se envolveram, como o resto do mundo capitalista.

Tal emigração de capitais excedentes, que se “reciclaram” nos mercados financeiros dos Estados Unidos e da Europa, entraram em nossos países a título de capital bancário a juros e condições depois tornadas escorchantes, provocando graves distorções, a principal das quais foi a conversão da economia brasileira em um campo da especulação do capital monetário que se tornou a atração principal dos intermediários e instituições do sistema financeiro.

A sociedade brasileira continua ignorando — porque as autoridades econômicas do governo nada informaram — a aplicação que foi dada aos capitais de empréstimo, os juros pagos e as despesas havidas para as negociações do pagamento da dívida externa. Além disso, o Governo Federal foi o responsável pela ação permanente de estimular, de forma direta e indireta, as altas dos juros cobrados pelo sistema bancário; de forma indireta, forçando os tomadores a submeter-se às exigências dos bancos estrangeiros e

a contratar empréstimos em dólares a juros excessivamente altos; de forma direta, lançando no mercado não só títulos favorecidos pela correção cambial (sempre mais elevada do que a correção da moeda interna) como os demais títulos beneficiados por taxas de juros acima do mercado interno.

Um dos efeitos observados no quadro econômico configurado pela superacumulação/depreciação do capital é a interpenetração dos capitais públicos e dos capitais privados. No Brasil, essa interpenetração foi realizada sob o comando das autoridades monetárias brasileiras, que durante todo o tempo estiveram à frente de toda a desordem monetária, a qual tomou conta da economia brasileira (ver mais adiante a relação entre os déficits públicos e as altas dos juros).

Uma das conseqüências da desordem monetária apontada são as altas taxas de juros de que alguns empresários não fizeram segredo em suas declarações à imprensa, ao afirmar que superavam de muito as despesas com salários e haviam-se convertido na principal componente dos custos de produção. A propósito, vale lembrar as declarações feitas pelo Conselheiro Econômico do Fundo Monetário Internacional, J. J. Polak. Ele escreveu em “Finanças e Desenvolvimento”, edição de 1969, traduzida para o português pelo Centro de Informações das Nações Unidas no Rio de Janeiro, as palavras abaixo transcritas:

“A solução consiste basicamente em taxas de juros nominais muito altas, o que se tem logrado em alguns países, vinculando-se os empréstimos e depósitos ao custo da vida. Taxas de juros extremamente altas não são, de modo algum, característica atrativa em nenhuma economia, e o mesmo pode ser dito de taxas de câmbio persistentemente em declínio. Mas se um país é incapaz de resolver as questões básicas de distribuição do produto nacional, de modo a frear a inflação continuada, seria melhor, em geral, que ao menos prevenisse algumas das mais manifestas conseqüências econômicas de sua incapacidade do que pretender que o problema não existe e manter baixas taxas de juros e uma taxa de câmbio fixa para apoiar esta pretensão” (*Os Economistas já disseram a última palavra sobre a luta contra a inflação?*, p. 35).

Essas recomendações talvez expliquem o fato de terem chegado a 496%, como o Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Afif Domingos, afirmou publicamente.

E as taxas de juros, ao atingir tais alturas explicam, por outro lado, os avantajados lucros dos grandes bancos internacionais e igualmente dos grandes bancos nacionais, que em 1982, embora menos do que em 1981, registraram em seus balanços mais que o dobro das taxas médias de lucros das 8 336 empresas não-financeiras (*Quem é quem na Economia Brasileira*, agosto de 1983, p. 400).

O que aconteceu também com as grandes empresas não financeiras não foi menos significativo: as 42 multinacionais (todas empresas monopolistas) ganharam posições de destaque no conjunto das 200 empresas analisadas em separado pelo *Quem é quem-1983*. Seus lucros atingiram 13,9% em 1982, contra 11,0% em 1981, enquanto as 79 empresas

nacionais privadas mantiveram o mesmo nível de lucros de 1981: 11,9%. Mas as 79 empresas públicas viram decrescer seu percentual de lucros, que caiu do seu nível já baixo em 1981 (de 7,1% para 4%).

Na apreciação feita por Marx sobre o processo de superacumulação/desvalorização do capital, ele chamava a atenção para o fato de que aquele processo só afetava parcialmente o conjunto da economia, isto é, enquanto o capital era desvalorizado para uma parte das empresas, resultava em benefício para outras empresas, as monopolistas, em detrimento de certos setores tais como as pequenas e médias empresas industriais e comerciais, o artesanato, e a maior parte das empresas agrícolas.

No Brasil (onde atuam livremente as empresas monopolistas estrangeiras e um número ainda reduzido de monopólios nacionais), o papel das empresas públicas ou semipúblicas é o mesmo exercido em todos os países capitalistas: contribuem para a formação dos preços e dos superlucros dos monopólios, de diferentes maneiras (redução dos preços dos transportes para os assalariados, redução dos fretes de várias matérias-primas, subsídios para redução dos preços dos insumos, créditos subsidiados, etc.).

Apesar de não poder ser a economia brasileira equiparada à de outros países onde existe o Capitalismo Monopolista de Estado, todos os aspectos que acabamos de mencionar são típicos de uma economia dependente, que sofre os efeitos daquela fase do capitalismo monopolista e onde as conseqüências do CME se fazem sentir (além de todas as demais formas de espoliação) também através da importação dos capitais excedentários (eurodólares e outras moedas) e das distorções causadas por essas importações que transformaram a nossa economia numa economia dominada por oligarquias monetárias que, ligadas ou comandadas pela banca internacional, criaram, por força de sua dependência, um dourado paraíso para os especuladores.

Tudo isso se faz em virtude de uma lei tendencial que comprime para baixo, em determinadas condições, os lucros dos capitais produtivos, na medida em que a composição orgânica se eleva, que o capital se superacumula e se concentra e que a distribuição da renda nacional se torna, também, mais concentrada.

O levantamento efetuado anualmente pela Fundação Getúlio Vargas, que analisa em pormenores os dados referentes às 500 maiores empresas, confirma muitas das conclusões oferecidas pelo *Quem é quem na economia brasileira - 1983*. Os dados globais do levantamento da FGV comprovam, por exemplo, a afirmação que fizemos antes, de que os gastos com juros superam os gastos com salários. Vejamos esses resultados:

**1982 - DESPESAS OPERACIONAIS DAS 500 MAIORES  
EMPRESAS PESQUISADAS PELA FGV**

Item	Milhões de Cr\$	%
Total	8.248.625	100,0
Desps. venda	845.115	10,2
Desps. financeiras	3.566.453	43,2
Desps. diversas	2.700.048	32,9
Desps. administrativas	1.137.009	13,8

Fonte: *Conjuntura Econômica*, Edição Especial, ano 1 n. 1.

Vê-se, portanto, a franca superioridade das despesas financeiras (43,2%), que compreendem os juros pagos, sobre as despesas administrativas (13,8%), em que estão incluídos os salários. É mais um argumento com base na evidência empírica, que contraria a idéia de que os salários são o ônus principal nos custos de produção e fornece a prova concreta de que não são os gastos com salários que respondem pelas altas inflacionárias.

O cômputo global dos dados coligidos no levantamento da FGV, referentes às 500 maiores empresas, demonstra ainda que 79 empresas estrangeiras tiveram em 1982 uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido correspondente a 32,3%, taxa esta muito elevada em relação à obtida em seu país de origem, enquanto que às 328 empresas nacionais, incluídas entre as 500 maiores, coube 36,4%, que pode também ser considerada uma taxa muito alta. E quanto às empresas estatais (93, sendo 64 federais e 24 estaduais), ficaram apenas com 24,4% do lucro líquido (18,6% das federais e 5,8% das estaduais).

As taxas médias de lucros das empresas estrangeiras já indicam o exercício de práticas monopolistas, pois alcançam percentagens que não são comuns nos países desenvolvidos.

Para se ter uma idéia mais aproximadamente exata daquelas práticas, não é preciso fazer mais do que recorrer aos dados censitários. A *Sinopse preliminar do Censo Industrial de 1980* já apresenta claras indicações de quanto é concentrada a indústria no Brasil. Por exemplo, sobre o total de 120 600 estabelecimentos industriais recenseados, apenas 6 123 deles, representando 5,1% do total de estabelecimentos, produzem 75,4% das mercadorias manufaturadas.

Vejamos alguns exemplos referentes a classes e gêneros industriais, segundo a classificação usada pelos censos industriais brasileiros:

#### BRASIL – GRAU DE CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Classes e gêneros de indústrias	Estabelecimentos		Percentual sobre o total do valor da produção
	Número dos maiores produtores	% sobre o total dos estabelecimentos	
Transformação de minerais não metálicos	284	1,7	63,7
Metalúrgica	723	7,5	81,4
Mecânica	509	6,4	65,1
Material elétrico e de comunicações	369	13,2	81,1
Material de transporte	261	8,9	90,6
Madeira	86	8,3	30,3
Mobiliário	94	1,5	34,6
Papel e papelão	218	14,3	80,4
Borracha	66	6,3	78,1
Couros e peles, artefatos para viagem	52	6,8	51,2
Química	788	26,1	93,0

continua

continuação

Classes e gêneros de indústrias	Estabelecimentos		Percentual sobre o total do valor da produção
	Número dos maiores produtores	% sobre o total dos estabelecimentos	
Produtos farmacêuticos e veterinários	96	21,1	83,5
Perfumaria, sabões e velas	51	8,4	78,2
Produtos de matérias plásticas	167	7,5	59,3
Têxtil	641	11,7	70,4
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	210	2,1	45,7
Produtos alimentares	1 054	4,2	71,5
Bebidas	92	6,7	67,1
Fumo	32	2,2	93,3
Editorial e gráfica	85	1,6	54,0
Diversas	99	3,6	55,7

Fonte: IX Recenseamento Geral do Brasil.

NOTA: Somente três gêneros de indústria — madeira, mobiliário e vestuário —, como se vê, apresentam ainda menores graus de concentração.

## O FATOR MONETÁRIO

Os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento se constituíram nas maiores vítimas do já referido processo, para a maioria deles inusitado, da superacumulação de capital nos países desenvolvidos. Esse processo típico do Capitalismo Monopolista de Estado, em vigor na área industrialmente desenvolvida do sistema capitalista mundial, é uma das particularidades novas da crise atual. E a forma pela qual os capitais excedentes (que deixam de encontrar aplicação a lucros acima e mesmo abaixo dos lucros médios, e que, portanto, perderam, em seus países de origem, toda a possibilidade de atuar como capitais produtivos) converteram-se em capitais de empréstimos, assumiu proporções inimagináveis, como elemento de transferência dos efeitos mais danosos para os países periféricos, da crise capitalista.

Gerados em sua maior parte nos países mais ricos e mais industrializados, (sob a denominação de eurodólares) passaram a circular, conjuntamente com uma menor parte dos capitais originados dos países árabes grandes produtores de petróleo (os petrodólares), dando a ilusória impressão de que em sua totalidade se destinavam a promover um intercâmbio, de países não industrializados para países não industrializados, com o fim de “sanar os inconvenientes dos choques do petróleo”.

Sua qualidade de capitais excedentários, seu caráter de uma operação bancária efetuada sob o comando dos grandes bancos internacionais, principalmente dos bancos norte-americanos — tudo isso foi cuidadosamente velado. Os governantes da maioria dos

países subdesenvolvidos foram induzidos a acreditar que era chegada a sua grande oportunidade de escapar de suas dificuldades tradicionais, ao aceitarem empréstimos, a juros relativamente menores a princípio, os quais passaram a ser progressivamente elevados, à medida que melhoravam suas posições de força os banqueiros internacionais.

O Brasil “conseguiu” receber empréstimos a juros mais altos do que qualquer outro país e já acumula um endividamento em dólares (por que não em outra moeda de curso internacional?) que já atinge a casa dos 100 bilhões de dólares. Para satisfazer aos pagamentos dessa dívida, foi forçado a injetar recursos recebidos a altos custos em sua circulação monetária e a promover uma inflação, que já atinge mais de 200% (211% no ano de 1983). Seus déficits orçamentários e seu balanço de pagamentos tornaram-se fortemente desequilibrados. Em consequência, o País, isto é, o governo, teve de contrair uma dívida interna que se calcula estar na ordem de 25 trilhões de cruzeiros.

A anarquia monetária tomou conta da economia brasileira, produzindo-se uma seqüência compulsória de operações do Estado, a chamada ciranda financeira, mais próxima de um ciclo infernal do que a suposta espiral preços-salários-preços.

- a) Para obter cruzeiros e trocá-los por dólares, o Governo Federal (e para amortizar parte de sua dívida interna) emite moeda e títulos de crédito. Esses títulos são vendidos no mercado com rendimentos a juros suficientemente altos para encontrarem compradores.
- b) Como resultado, as taxas de juros do mercado ficam acima do patamar fixado na venda desses títulos. As despesas financeiras aumentam, os custos de produção e os preços são reajustados para cima.
- c) Para aumentar a remuneração dos exportadores (produtores e comerciantes), o governo eleva a taxa do dólar, isto é, desvaloriza a moeda acima dos níveis da inflação. Mas cedo a desvalorização externa da moeda é acompanhada da sua desvalorização interna, pois os preços das mercadorias de exportação se igualam, pelas leis do mercado.
- d) As altas taxas de juros puxam para cima as taxas de lucros, ou, se os lucros não sobem, os capitais se deslocam das aplicações produtivas para a área da especulação financeira.

Como resultado dessa seqüência de procedimentos, em breve a anarquia monetária invade todos os setores da economia, a qual se torna cada vez mais dependente dos banqueiros internacionais.

A inflação é a primeira e a mais evidente manifestação dessa anarquia monetária: os preços começam a elevar-se cada vez mais; em primeiro lugar, porque a moeda externa é desvalorizada, e, assim, com os preços pagos pelas mercadorias exportadas, estas passam a ser vendidas internamente por preços mais elevados. As mercadorias importadas também acompanham as altas, porque são compradas por moedas a preços também mais elevados. Assim, a moeda externa e a moeda interna se nivelam.

Em segundo lugar, os preços sobem porque a maioria das mercadorias é produzida

na esfera dos monopólios ou oligopólios, que transferem para si os lucros médios (ou uma parte deles) das empresas das áreas da livre concorrência, através da compra de seus produtos a preços inferiores aos do mercado, e de várias outras formas.

Os preços sobem, em terceiro lugar, porque o governo inflaciona a moeda interna, por meio da emissão de moeda e da concessão de crédito em maior proporção às grandes empresas monopolistas.

Os preços sobem, em quarto lugar, porque o governo emite títulos da dívida interna, a juros mais altos do que os do mercado, e com isso concorrem para elevar as taxas de juros, aumentando as despesas financeiras dos produtores e intermediários comerciais.

Os preços sobem porque, finalmente, o conjunto da economia brasileira está vivendo uma dupla recessão (ou melhor, uma dupla depressão): uma causada pela crise cíclica do sistema capitalista mundial, e outra produzida artificialmente pela intencional diminuição do poder aquisitivo da classe trabalhadora e dos assalariados da classe média, pelo crescimento do número de desempregados e subempregados, cujos reflexos atingem a totalidade dos empresários que são também, intencionalmente, desencorajados de fazer novos investimentos pelas altas dos custos de produção devidas pelas altas taxas de juros e ainda pelo contínuo decréscimo dos seus faturamentos.

## O FATOR ESTRUTURAL

Se o endividamento externo foi praticado como uma “estratégia de desenvolvimento”, ele pode considerar-se de todos os pontos de vista um enorme erro político, porque não foi o resultado de uma consulta à sociedade, uma consulta popular. Exatamente porque não possibilitou ao País a expansão de seu desenvolvimento democrático a taxas de crescimento necessárias para absorver a mão-de-obra e para alargar o mercado interno, concorreu fundamentalmente para agravar as contradições estruturais herdadas ao longo de seu passado histórico.

Os elementos estruturais internos caracterizados pelas tardias transformações capitalistas urbano-industriais e, de modo especial, pelo atraso rural (concentração crescente da propriedade da terra, baixos rendimentos agrícolas e pecuários, limitada área total de cultivo, etc.) contribuem em boa porção para uma produção escassa e cara, no que se refere ao abastecimento interno e para produtos exportáveis que, em muitos casos, só se tornam competitivos à custa do procedimento tradicional de “quebras da moeda”, (utilizado pelos governos em nosso passado) além de subsídios e demais favores concedidos pelo Estado.

No que se refere aos elementos estruturais que afetam as relações internacionais e que resultam da condição de dependência às economias plenamente industrializadas, a deterioração dos termos de intercâmbio continua a nos causar graves prejuízos.

A rígida estrutura da propriedade agrária há séculos resiste a qualquer modernização de caráter democrático. Se esse efetuasse uma distribuição compatível com as necessidades de atender não só ao critério de mais amplo acesso à produção, como ainda à imperiosa exigência de um largo consumo de alimentos, poder-se-ia duplicar o número de

estabelecimentos produtores, elevando-o dos 5 milhões atuais ao dobro ou cerca de 10 milhões de proprietários, o correspondente a 8% da população atual. Isso permitiria elevar a área de cultivo, dos escassos 49 milhões de hectares atuais a níveis próximos aos dos países de grande superfície territorial, como a Índia, Estados Unidos e União Soviética, cujas áreas cultivadas são superiores a 100 milhões de hectares. Tal meta nos evitaria a volta à condição de importadores de alimentos e, uma vez mais, à condição de despendermos, como se prevê que acontecerá em 1988, cerca de um bilhão de dólares para compras, no Exterior, de arroz, milho, trigo e carne.

As características estruturais de nossa economia, com destaque na condição de país subdesenvolvido e dependente, respondem pelas trocas comerciais com os mercados mundiais em situação desvantajosa, como, por exemplo, a não-equivalência dessas trocas, feitas com prejuízo para a economia nacional.

Uma estimativa das perdas sofridas por nosso País, nas trocas comerciais com o Exterior, durante o período de 50 anos entre os anos de 1901 e 1950, levou à conclusão de que essas perdas somaram 21,9 bilhões de dólares (valores de 1950). Os cálculos foram baseados nos *Índices de preços no Comércio Exterior do Brasil*, e publicados na *Revista Brasileira de Economia*, número de julho de 1952.

Depois de 1950, houve alguns anos em que as trocas comerciais nos foram favoráveis, possibilitando-nos acumular algum saldo nas trocas, mediante a superioridade dos preços de nossas exportações em confronto com os das importações, devido principalmente às altas proporcionadas pela demanda mundial de matérias-primas.

Mas de 1954 a 1961 houve uma nova queda nos preços de nossas exportações, sem proporcional contrapartida dos preços de nossas importações. O resultado foi que nossas perdas pela deterioração nas relações de trocas somaram, naquele período (1954/1961), 4 840 milhões de dólares, a preços de 1954. O custo de vida no Rio de Janeiro e em São Paulo, que se vinha mantendo abaixo de 20%, passou em 1954 a 22,1%, em 1955 a 23,3%, e em 1956 a 20,8%; chegou a 39,1% em 1959, a 29,3% em 1960, e a 33,3% em 1961. Isto é, houve uma coincidência ou, mais propriamente, uma relação causal entre a deterioração das relações de trocas, a conseqüente perda de bilhões de dólares pela economia nacional, e a subida das taxas do custo de vida. O quadro transcrito, a seguir, apresenta, em forma detalhada, o efeito da deterioração de trocas durante o período mencionado. Como se verá, os índices da relação de trocas declinaram, ano a ano, como conseqüência do encarecimento dos preços das importações e o barateamento dos preços de nossas exportações.

Os economistas “ortodoxos” têm-se esforçado por contestar a validade desse fenômeno sob o pretexto de que a deterioração dos termos de intercâmbio é um fenômeno “ilusório”. Mas Marx já lhe havia dado conteúdo teórico e completo fundamento: o problema foi equacionado com base na teoria do valor, segundo a qual entre os produtos da agricultura e os produtos da indústria, as trocas, quer no plano interno, quer no plano internacional, sempre seriam feitas de forma *não equivalente*. A razão é que os produtos agrícolas são vendidos, em geral, por preços abaixo do seu valor, enquanto que os produtos industriais são ordinariamente vendidos por preços superiores ao seu valor. Uma parte

**QUADRO 31**  
**BRASIL — PERDAS NO INTERCÂMBIO ENTRE 1954 e 1961**

ANOS	ÍNDICES DO VALOR UNITÁRIO		ÍNDICES DE RELAÇÃO DE TROCA (3)	EXPORTAÇÕES		PODER DE COMPRA DAS EX-PORTAÇÕES (6)	EFEITO DA RELAÇÃO DE TROCA (7)
	Exportações (1)	Importações (2)		A preços correntes (4)	A preços de 1954 (5)		
1954	100		100	1562	1562	1562	—
1955	79	101	78	1423	1801	1405	— 396
1956	76	105	72	1482	1950	1404	— 546
1957	75	106	71	1392	1856	1318	— 538
1958	68	99	69	1243	1828	1261	— 567
1959	55	94	59	1282	2331	1375	— 956
1960	54	87	62	1269	2350	1457	— 893
1961	55	88	63	1403	2551	1607	— 944
1954-61							— 4 840

Notas: 1) e 2) Índices Econômicos da Fundação Getúlio Vargas (ponderados em dólares, segundo o critério Laspeyres); 3) resultados da divisão dos índices do valor unitário das exportações pelos índices do valor unitário das importações; 4) dados do Serviço de Estatística Econômica e Financeira (IBGE); 5) resultados da divisão dos valores da coluna 4) pelos índices do valor unitário das exportações; 6) resultado da multiplicação do valor das exportações a preços de 1954 pelos índices da relação de troca de cada ano; e 7) diferença entre o poder de compra das exportações e o valor das mesmas a preços de 1954.

Fonte: *Inflação e monopólio no Brasil*.

**QUADRO 32**  
**BRASIL - PERDAS NA RELAÇÃO DE TROCAS DE 1973 a 1982**  
 (EM US\$ milhões)

ANO	ÍNDICES DE VALOR TOTAL EM US\$		ÍNDICES DE RELAÇÃO DE TROCAS (BASE: 1973=100)	EXPORTAÇÕES		PODER DE COMPRA DAS EXPORTAÇÕES	PERDA NA RELAÇÃO DE TROCAS (US\$ Milhões)
	Exportações (1)	Importações (2)		A preços correntes (4)	A preços de 1973 (5)		
1973	100	100	100	6 199	6 199	6 199	-
1974	128	204	62,7	7 951	6 213	3 895	- 2 317
1975	140	197	71,1	8 670	6 193	4 403	- 1 790
1976	163	200	81,5	10 128	6 213	5 064	- 1 149
1977	196	194	101,0	12 120	6 184	6 246	+ 62
1978	204	221	92,3	12 659	6 205	5 727	- 476
1979	246	290	84,8	15 244	6 197	5 255	- 942
1980	325	357	91,0	20 132	6 194	5 637	- 557
1981	376	357	105,3	23 293	6 195	6 523	+ 328
1982	325	313	104,0	20 175	6 208	6 456	+ 248
							- 6 593

Fonte dos dados brutos: *Conjuntura Econômica*, Junho/1983.

NOTA - A metodologia foi praticamente semelhante à do Quadro anterior. Difere apenas quanto às colunas (1) e (2), em que os valores totais (cálculo direto) substituem os valores unitários.

significativa do valor criado na agricultura — de acordo com a concepção marxista — como em todo setor produtivo que usa, predominantemente, processos tecnológicos relativamente atrasados, é realizada (e apropriada) pelos setores produtivos que usam técnica mais adiantada. Ou, como Marx o definia, pelos setores de composição orgânica do capital, de nível mais elevado. A não-equivalência dos preços relativos, chamada pelos economistas de a “tesoura dos preços”, é demasiado conhecida, sendo que, na vigência do capitalismo monopolista, as duas pernas da tesoura se abrem ainda mais porque a ação dos monopólios torna virtualmente ainda mais vis os preços dos produtos primários e ainda mais altos os preços dos produtos industriais.

No quadro de deterioração das trocas referente a outro período — 1973 a 1982 —, elaborado não com tanto rigor metodológico quanto o anterior — porque foram tomados por base não os preços unitários (o que provavelmente mostraria maior deterioração das nossas trocas) mas o valor total das exportações e das importações —, ainda assim as perdas do lado do comércio brasileiro totalizaram mais de 6,5 bilhões de dólares, o que representa um enorme desfalque para nossa economia.

Mais uma vez se repete a coincidência entre essa fase de evasão da renda nacional com o recurso do governo ao déficit público para cobrir com emissões e com endividamento externo e interno as necessidades de “ajustamento” de nossa economia.

Como nos quadros antes apresentados, a relação de trocas foi claramente desfavorável ao nosso País, que sofreu um prejuízo estimado em 6 593 milhões de dólares. A essa perda, excessivamente grande para nossa economia, se somam a evasão de dólares transferidos sob diferentes títulos (lucros das empresas multinacionais, *royalties*, dividendos, fraudes cambiais, superfaturamento nas importações, subfaturamento nas exportações, etc.)

Um fato singular, que não era comum às crises anteriores, é a sobrevalorização da moeda norte-americana. Após os grandes prejuízos causados pelas enormes altas das taxas de juros, que chegaram a exceder os 20%, obrigando-nos a grandes despesas com a “rolagem” da dívida externa, a sobrevalorização do dólar, um produto exclusivamente das relações de poder usadas contra o resto do mundo, inclusive contra o Brasil, é uma sobrecarga a somar às nossas relações internacionais.

A história contemporânea da sobrevalorização do dólar norte-americano começou na conferência internacional de Bretton Woods, realizada em 1944, na mesma ocasião em que nascia o Fundo Monetário Internacional, ou FMI. Os Estados Unidos detinham, então, 74% do estoque mundial do ouro; e não só isso: era o país de maior poder econômico no mundo. Pôde impor, assim, harmonicamente, o valor do ouro (35 dólares a onça-troy) e transformar a sua moeda em padrão universal, sob as vistas e com a aprovação do FMI, onde detinha 21,55% dos votos. Tendo transformado o dólar em moeda de curso internacional, os Estados Unidos se asseguraram o direito de, sem utilizar o ouro, adquirir com simples papel-moeda a posse de numerosas indústrias e os bens de que necessitassem, tendo podido expandir ilimitadamente seu poderio em todo o mundo capitalista.

No ano de 1971, alguns países começaram a reagir, valorizando suas próprias moedas e recusando-se a aceitar a moeda norte-americana pelo seu valor-ouro convencional. Os possuidores de dólares começaram a desfazer-se dessa moeda e a adquirir ouro

ou outras moedas que haviam aumentado o seu conteúdo em ouro. Em dezembro de 1971, o dólar foi desvalorizado, passando a 38 dólares a onça-troy; e sofreu nova desvalorização em 1973, com a elevação do ouro a 42,2 dólares. A conversibilidade do dólar por ouro fora suspensa desde agosto de 1972. O governo norte-americano teve a preocupação de evitar tanto o retorno dos dólares que antes foram empregados na compra de empresas e de outros bens como a sua troca por ouro dos estoques norte-americanos. Esses estoques ficaram bastante menores do que teriam sido por ocasião da Conferência de Bretton Woods (74% do estoque mundial). À altura de 1976, o estoque de ouro nas mãos dos países ocidentais estimava-se em 245 bilhões de dólares, dos quais os Estados Unidos possuíam 47 bilhões ou 19,18%. O ouro, embora continue a ser utilizado como lastro da maioria das moedas, não mais conversíveis, não pôde assumir seu papel como fator de criação de uma unidade de medida de valor internacional. Os Estados Unidos, embora possuindo menos de 20% do ouro, continuam a impor o dólar, não conversível, como moeda mundial. As decisões tomadas pela maioria dos países do mundo capitalista a respeito da criação de uma “cesta” de 16 moedas não conseguiu alcançar prestígio suficiente como pretense substituto do ouro: até pouco tempo suas emissões não iam além de 11 bilhões de dólares, representando menos de 5% da reserva monetária mundial.

Os Estados Unidos, por essas e outras razões, continuam a manipular as decisões do FMI, utilizando o seu poder de veto para que se mantenha o regime de taxas flutuantes do câmbio, contra a prevalência dos direitos especiais de saque que não conseguem estabelecer-se como moeda universal. A partir de 1975 o FMI recomendou a abolição dos preços oficiais do ouro, liberando ainda mais as especulações com a moeda e particularmente com o dólar-papel. E tempos depois, foi criado um sistema de dupla cotação (o ouro monetário e o ouro comercial), deixando intocável a “equivalência” do dólar-papel.

Uma extensa reportagem da revista *Time* de outubro de 1983 acrescenta algumas informações a propósito do esforço realizado pelo governo Reagan para obter, mais uma vez, rendimentos extraordinários com o incremento do poder de compra internacional da moeda norte-americana. Graças à manipulação circunstancial das condições disponíveis, o dólar foi aumentado de 25% do seu valor médio de troca. A partir de 1980, sua cotação elevou-se de 105% em relação ao franco francês; de 63% em relação ao marco alemão; e de 50% em relação à libra esterlina.

Alguns economistas — segundo a revista — admitem que a sobrevalorização do dólar é responsável pela perda de mais de um milhão de empregos. Os europeus reclamam que o acontecimento terá como resultado dar novas voltas na espiral de preços. Quanto aos países em desenvolvimento, alguns argumentam que suas penúrias de caixa são provocadas pela sobrevalorização da moeda norte-americana, a qual está minando a capacidade de pagamento de suas dívidas. E na opinião de banqueiros que estiveram reunidos há pouco tempo em Belgrado com o FMI e o Banco Mundial, a valorização está influenciando negativamente na recuperação da economia mundial.

Acham os autores da reportagem, que as altas do dólar são uma conseqüência da elevação dos juros iniciada no governo de Reagan, embora essa estratégia já tenha sido deflagrada no governo Carter. Todavia, conclui a *Time*, os países mais prejudicados têm

sido os latino-americanos que, para cobrir os juros e o principal de sua enorme dívida de mais de 320 bilhões de dólares, têm de juntar muito maiores quantias de sua barata moeda para os pagamentos efetuados aos bancos estrangeiros.

Escaparam, porém, aos comentaristas da *Time*, alguns outros aspectos que muito particularmente interessam aos brasileiros. O primeiro é o fato de o dólar norte-americano, além de já estar supervalorizado em sua origem, sofrer aqui uma nova supervalorização, pois a taxa cambial, desde algum tempo, é corrigida acima dos níveis da correção monetária, sem falar nas maxidesvalorizações do cruzeiro. Isso quer dizer que pagamos uma dupla supervalorização, e que, quando temos de trocar nossos cruzeiros por dólares, acionamos duplamente o mecanismo da inflação. Em 1983, a inflação alcançou 211%, enquanto a desvalorização cambial chegou a 289,4%.

Isso também se traduz por um privilégio que beneficia todo o setor exportador, as multinacionais que exportam nossos manufaturados e nossos produtos primários e, ainda, os grandes produtores de café, de soja, de carne e de alguns outros produtos básicos.

Relembremos que Marx já se referia ao caráter mecanicista das teorias monetárias em voga no seu tempo e, combatendo-as, acentuava a íntima relação existente entre os fenômenos da moeda e a teoria do valor. Contra os quantitativistas, mecanicistas por definição, que proclamavam a obediência dos preços às alterações da quantidade da moeda-ouro (ou de outra moeda-mercadoria), Marx afirmava que as variações dos preços das mercadorias em geral não estavam em relação com as variações quantitativas, mas em relação com as variações qualitativas, isto é, com as alterações do valor da moeda-ouro, cuja substância é medida, como qualquer outra mercadoria, em unidades de trabalho socialmente necessário.

Mas Marx não se deteve aí. Estudando também as leis específicas que iriam reger a circulação fiduciária, após a separação (que se tornaria cada vez mais pronunciada) entre a moeda-papel e a moeda-ouro, estabeleceu que as emissões de papel-moeda, quando se tornassem excessivas em comparação com as necessidades da circulação, determinariam depreciações proporcionais ao aumento de sua quantidade, aí sim, resultantes da desproporção entre o papel multiplicado (e portanto depreciado) e a alíquota de ouro (ou de valor-trabalho) que nele estava representado ou simbolizado. E o dólar está nesse caso.

A experiência de cada país há sempre de determinar os momentos em que os canais de circulação estão excedendo os limites das necessidades de novas emissões de papel-moeda e dos títulos de quase-moeda, os quais, a uma dada velocidade de movimento, satisfariam aquelas necessidades. Em nosso país nunca foi difícil essa avaliação, de vez que o Estado está tradicionalmente afeito ao excesso de emissões e agora afeito ao excesso de endividamento interno e externo.

O desregramento dos excedentes monetários — agravado pelas freqüentes “renegociações” da dívida externa exigidas pelos banqueiros internacionais, por força de cujo desregramento são desviados os capitais poupados internamente dos setores produtivos para os setores não produtivos — passou a constituir um dos elementos que mais pressionam o processo inflacionário.

No momento presente, são desviados das fontes normais da receita das importações, do orçamento fiscal e das demais fontes de renda de que dispõe o Estado, nada menos de 12 bilhões de dólares somente para o pagamento anual de juros a taxas flutuantes, já que não tivemos — devido ao nosso estado de inadimplência — capacidade para as amortizações do principal que cresce, à semelhança do rolar da já gasta mas precisa imagem da bola de neve numa taxa que é guardada em segredo pelas autoridades econômicas do atual governo.

Ninguém tem dúvida de que a “bola de neve” cresce e de que esse crescimento está a necessitar de cada vez mais cruzeiros (tirados de onde?) para satisfazer o apetite voracíssimo dos banqueiros internacionais.

O pior de tudo, e pode ser apontado como a causa determinante da maior parte dos erros cometidos em nossa política econômica, foi a ausência de decisões soberanas, de que foi indício a submissa obediência à linha monetária seguida pelo governo Reagan, uma vez mais instrumentada e repassada pelo FMI para os países menos desenvolvidos. Nesse sentido, teve particular importância a denúncia, em carta tornada pública, da autoria do presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento, sr. Ary Waddington, a respeito das medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos, que, além da sobrevalorização internacional da moeda norte-americana, motivo de protesto na Europa, praticou uma política fiscal e monetária de tal modo protetora dos interesses das grandes corporações norte-americanas que se tornou desastrosa para todos os países subdesenvolvidos, assim como para o resto do mundo. Essa política permitiu que, em 1984, crescessem para 130 bilhões de dólares o déficit da balança comercial dos Estados Unidos e para 225 bilhões de dólares sua dívida externa. Para compensação desses elementos negativos e atrair o ingresso de divisas e capitais vindos de outros países, o governo Reagan elevou de 7%, para 21% sua taxa de juros. Tal elevação, realizada em prazo relativamente curto, provocou, de imediato, uma baixa generalizada nos preços dos produtos primários (commodities) nos mercados mundiais. Com isso, a situação dos países produtores dessas mercadorias ficou seriamente prejudicada. Todos os países devedores dos bancos norte-americanos e europeus, em função da alta dos juros, triplicaram a sobrecarga dos serviços de suas dívidas, onerando seus balanços de pagamento em escala muito maior do que a que sofreram quando dos “choques” do petróleo.

Com as cotações de muitos de nossos produtos exportáveis em dólares duplamente sobrevalorizados, não apenas perdemos em parte a possibilidade de competir nos mercados mundiais, como também fomos obrigados a proceder a maiores e mais freqüentes desvalorizações de nosso cruzeiro, isto é, fomos obrigados a elevar muito mais os índices de depreciação de nossa moeda, ou seja, a permitir que se elevasse ainda mais nossa inflação.

## DESPESAS PÚBLICAS, TEMA POLÊMICO

Nas últimas décadas, a participação do Estado nas economias capitalistas vem alcançando níveis cada vez mais elevados. Sem dúvida, as estatísticas comprovam farta-

mente esse fato, também presente em quase todos os países do mundo menos desenvolvido, onde a participação estatal se torna, muitas vezes, um fator necessário de regulação da conjuntura e de propulsão do crescimento econômico. Não obstante isso, uma parte dos empresários desses países se recusa a admitir essa evidência e chega a negar-lhe apoio e até mesmo a combatê-la.

Durante a Grande Depressão dos anos 30, as teses intervencionistas, inspiradas, ao que se sabe, nas teorias keynesianas, vieram substituir as posições imobilistas, de cunho liberal, e que preconizavam a não-ingerência do Estado nos negócios privados. No governo de Roosevelt, surgiu pela primeira vez nos EUA um programa abrangente de iniciativa do Estado, com a atribuição de coordenar, em escala macroeconômica, os negócios públicos e privados, visando à reativação da economia. Com essa finalidade foram criadas grandes obras públicas, tomaram-se medidas para elevar os salários e em geral o poder aquisitivo da população, assim como para incentivar os investimentos e várias outras providências com iguais propósitos. Desde então, as despesas públicas passaram a servir cada vez mais incisivamente às tentativas de regulação da conjuntura e de superar a depressão. As despesas públicas, como proporção do Produto Nacional Bruto, cresceram de cerca de três vezes, passando, entre os anos de 1929 a 1968, nos EUA, de 10,3% a 31,9%; na Inglaterra, de 14,5% a 39,1%; e, entre 1950 e 1968, na França, de 28,3% a 38,1%; e na Alemanha Ocidental, de 30,2% a 33,6%. O economista soviético S. Menchikov, em seu conhecido estudo sobre os ciclos, observa que o percentual correspondente aos gastos públicos aplicados na regulação anticrise em relação ao PNB já atingiam, no ano de 1968, a 7% nos EUA e a 20% noutros países (*Le Cycle Economique*, p. 180 Editions du Progrés, Moscou).

Relembre-se, aqui, que as correntes políticas de direita, bem como os partidários das políticas monetaristas, uniram-se durante a Administração Roosevelt, no combate ao programa do New Deal. Desde aquele tempo até os dias atuais, os governos mais conservadores se orientam por critérios econômicos monetaristas e, na medida do possível, fazem sérias restrições à participação direta do Estado na economia. Pode-se mesmo dizer, simplificadamente, que as políticas econômicas de inspiração keynesiana reconhecem a importância do papel do Estado e, de modo especial, do recurso às despesas públicas nos programas de regulação anticíclicas ou anticrise. Ao passo que as políticas econômicas de influência monetarista, defensoras da “livre empresa”, desfecham ataques cerrados contra a “intervenção do Estado” na economia e contra a utilização das despesas públicas nos planos de reanimação econômica.

É, portanto, coerente com sua orientação conservadora e monetarista, que o Fundo Monetário Internacional (FMI) exerce, com tanto rigor, suas pressões contra os déficits públicos dos países a que presta assistência técnica e financeira, embora não trate da mesma maneira os governos dos países credores, e em particular, os Estados Unidos, que intranquilizam o mundo com seus altos juros e altos déficits. Daí sua receita para a crise brasileira partir da necessidade absurda de o nosso País acumular reservas para pagar sua dívida externa e ao mesmo tempo ter de reprimir um pseudo “excesso de demanda” e ter de permanecer no caminho da depressão.

É certo que na atual situação brasileira, quando caminhamos dentro de uma inflação ou hiperinflação de três dígitos, que já supera os 200%, será extremamente arriscado apoiar-se num programa de utilização de recursos públicos; daí a aparente racionalidade de uma pressão excessiva no sentido da supressão dos déficits.

Nossa condição de país em desenvolvimento nos obriga a pensar nos enormes recursos de que dispomos, ainda não desenvolvidos, e com plenas possibilidades de serem aproveitados pelos capitais nacionais ou pelo Estado, sem precisarmos depender necessariamente da importação de capitais estrangeiros.

Nenhum país do mundo conseguiu completar seu desenvolvimento econômico sem passar pelas reformas democráticas necessárias à minoração de enormes desigualdades e disparidades na vida da população, como as temos e conservamos há séculos. Um exemplo disso é o anacronismo de nossa estrutura agrária, tão concentrada a ponto de impedir que maior número de famílias possuam mais terras e que maior extensão territorial entre em atividade e se incorpore à economia nacional. A resistência conservadora tem sido um permanente obstáculo a que o número de proprietários rurais cresça no conjunto da população a mais de 4% do total, que nossa área de lavoura alcance e supere os 50 (cinquenta) milhões de hectares, quando países de superfícies territoriais não maiores ou não muito maiores do que a nossa, subdesenvolvidos ou desenvolvidos, como é o caso da China, da Índia, dos Estados Unidos e da União Soviética, os quais possuem áreas cultivadas que medem mais de 100 milhões ou até mais de 150 milhões de hectares.

Acresce a circunstância de que, apesar de o Brasil contar uma área de exploração agrícola próxima dos 400 milhões de hectares, grande parte dessa área total está pouco utilizada, havendo uma superfície enorme — 149 milhões de hectares — de solos aptos para a agricultura, mas sem qualquer utilização, como ficou comprovado pelos dados do cadastro rural levantado em 1958 pelo INCRA.

Por outro lado, esse potencial vultoso, ainda carente de exploração, mostra as imensas possibilidades que o território agrícola brasileiro possui de se reerguer com recursos próprios e retomar o caminho do crescimento econômico em prazos relativamente curtos.

## CONCLUSÕES

1. Marx não se referiu, em toda a sua obra, ao termo *inflação* no exato sentido que o processo inflacionário tem em nossa época, mas deu uma contribuição muito importante sobre as leis do movimento da moeda e do crédito e sobre a aplicação da teoria do valor-trabalho às leis da circulação monetária. Esses ensinamentos são de grande utilidade para a compreensão das causas e efeitos da inflação no mundo capitalista desenvolvido e subdesenvolvido.
2. Em vez de concordar com a teoria ou as teorias monetaristas, segundo as quais os preços dependem da quantidade/velocidade da moeda circulante, Marx afirmou, ao contrário, que a quantidade de moeda em circulação é que depende da soma dos preços. Estes, em seu conjunto, é que determinam as variações na quantidade da moeda (e dos títulos de crédito) disponíveis.

3. Marx fez peremptórias afirmações de que os aumentos dos salários não são causas dos aumentos dos preços e, sim, da diminuição dos lucros. Para evitar essa diminuição, o grande capital, usando o seu poder monopolista, repassa ao consumidor os aumentos dos custos, quaisquer que eles sejam, os provenientes dos reajustamentos salariais ou outros. No Brasil de hoje, as despesas financeiras são muito maiores do que as despesas com salários.
4. Os capitais excedentários importados por via bancária e “reciclados” pelos grandes bancos norte-americanos e europeus, foram emprestados em maior parte aos países menos desenvolvidos por se acharem ociosos, isto é, por não encontrarem, nos países ricos, a rendimentos razoáveis, sua função produtiva. Por isso, emigraram para os países mais pobres, como capitais de empréstimos, inicialmente a juros baixos, até mesmo a juros negativos, ou seja, a níveis desvalorizados. Logo após, por imposição dos grandes bancos internacionais, os juros foram, sob pressão dos Estados Unidos, elevados seguidamente, chegando ao triplo de sua taxa inicial (de 7% a 21,5%), com o que os custos do serviço da dívida externa se elevaram acima do limite de possibilidade de pagamento, tornando-se os capitais potencialmente desvalorizados, por sujeitos à inevitável inadimplência.
5. Não encontrando aplicação produtiva também nos países de destino, os capitais migrantes passaram a tumultuar nossa economia, tornando-a ainda mais instável e produzindo a formação e o crescimento das oligarquias monetárias. Estas, aproveitando-se das taxas de juros intencionalmente elevadas externa e internamente, deslocaram grandes somas de capital-dinheiro para a órbita dos negócios especulativos.
6. A dupla desvalorização de nossa moeda, por efeito da sobrevalorização internacional do dólar norte-americano e por exigência de uma política de exportação apoiada fundamentalmente no barateamento de nossa moeda, converteu-se no principal foco da hiperinflação brasileira. Como resultado das desvalorizações cambiais, cada vez mais freqüentes, a taxa de depreciação externa do cruzeiro passou à frente (289,4%) da depreciação interna (222%), no ano de 1983.
7. A taxa de inflação do primeiro semestre (75,6%) faz prever, para todo o ano de 1984, uma taxa ainda bastante alta, nunca inferior a 150%.

## ABSTRACT

It is not the prices that vary in accordance with the amount of money in circulation; it is rather the amount of money in circulation that varies in accordance with the variation of the sum of prices.

It is not the rising of the earnings that causes the rising of the prices. On the contrary, it is the rising of the prices, producing depreciations in the currency, that provokes in consequence losses of the earnings' acquisitive power.

When increases of the sum of prices occur, whatever their origins, we will have one of the following inevitable consequences: on the one hand, the same quantity of commodities is then exchanged by a larger amount of money; on the other hand, the same amount of money then buys a smaller quantity of commodities. This happens in the internal trading relations as well as in the international trading relations of each country. In both cases, the main fact to point out is the reduction of the money's acquisitive power. This reduction can be produced either spontaneously, by the action of the forces of the market, or as a result – as in the case of the alterations of the rate of exchange – of the intervention of the Government authority.

Therefore, according to Marx, contrary to the different theories supported by the "vulgar economy", the inflationary phenomenon begins with the currency depreciation, of which are consequences or subsequences, the price increases and the reduction of the earnings' acquisitive power.

The Brazilian inflation in the '70s and '80s was seriously aggravated by the world's cyclical crisis, by the capital's overproduction in the rich countries, by imports of surplus capital through banking loans, and by the monetary anarchy which displaced the investments of the productive sectors, deviating them to the non-productive sectors.